

Conhecendo o REDD na Amazônia: um ganho para pessoas, árvores e clima

■ VIRGILIO M. VIANA



Escondida no emaranhado da floresta tropical brasileira, uma pequena revolução está acontecendo. No Amazonas, o maior estado do País, as pessoas estão usando uma abordagem conhecida como REDD para conservar a floresta e ter como retorno créditos de carbono. O sucesso deste projeto tem enormes implicações para a redução do desmatamento, cortar emissões de gases e erradicar a pobreza, e o seu tempo definitivamente chegou. Entre 1990 e 2005, mais de um milhão de quilômetros quadrados de floresta foram destruídos nos trópicos. A metade disso foi na Amazônia. O desmatamento representa mais de 17% da emissão de gases de efeito estufa globais, e freá-lo é a chave para mitigar com sucesso as mudanças climáticas. Mas a Amazônia é vítima do desenvolvimento insustentável, e os custos da inércia são mais elevados do que aqueles de parar o desmatamento. REDD é a solução mais promissora até hoje para esta questão instável.



A perversa lógica do desmatamento

O desmatamento continua sendo uma questão radical e atual em curso na Amazônia, a maior floresta úmida e naturalmente a mais rica do mundo. Mas o Amazonas, o maior estado do Brasil, está vivendo sinais significativos de mudança.

O Amazonas abriga 1,57 milhão de quilômetros quadrados de floresta úmida – seis vezes o tamanho do Reino Unido. É também o estado que está localizada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, o primeiro projeto validado onde a população tradicional está sendo recompensada por proteger a floresta onde vivem, reduzindo a emissão de carbono em processo.

A tradução de REDD é “Redução de emissão dos gases do efeito estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal”, esses projetos estão em um status importante na Amazônia. O desmatamento tem lógica econômica e social. É o resultado de um

perverso sistema que recompensa financeiramente àqueles que desmatam: os posseiros de terra e atores ilegais do agronegócio. Fazendas de gado, por exemplo, são empresas altamente rentáveis. De 1996 a 2006, a quantidade de gado na Amazônia Legal Brasileira – localizada na dentro da Bacia Amazônica brasileira, cresceu de 37 milhões para 73 milhões. O desmatamento não é o resultado da irracionalidade, ignorância ou estupidez: as pessoas de fato conseguem, ou esperam conseguir, benefícios reais provenientes do desmatamento e do uso não sustentável da floresta.

Além dos impactos ambientais resultante do agronegócio e práticas florestais pobres, o desenvolvimento insustentável na Amazônia tem também profunda relação com a pobreza e a desigualdade social, notadamente a maior concentração de casos de escravidão no Brasil. As injustiças, alvejando povos indígenas e populações tradicionais em particular, ocorrem em outras fronteiras do desmatamento ao longo dos trópicos.



Virgilio Viana é Diretor-geral da FAS

Um paradigma que precisa mudar

Nas últimas décadas, um otimismo cauteloso tem emergido a medida que tentativas isoladas de frear o desmatamento renderam resultados positivos. No Amazonas, o desmatamento está em constante declínio, de 1582 quilômetros quadrados em 2003 para 479 em 2008, uma redução de 70%. É o resultado de uma mudança política em 2003 com a eleição do governador Eduardo Braga, o estado decretou uma série de políticas de interesse público visando reduzir o desmatamento e melhorando os meios de subsistência dos moradores da floresta. As lições aprendidas lá e em outro lugar podem ser expandidas, adaptadas e replicadas.

Obviamente, não há uma solução técnica e simples. O ponto de partida não é menos do que uma mudança radical no paradigma do desenvolvimento. As florestas foram historicamente vistas como sem valor, e as atividades florestais como um atraso – nenhuma dessas merecedoras de serem incluídas nas estratégias de ‘desenvolvimento’, ou no aparato usual de instrumentos políticos de investimento para encorajar, tal como incentivos fiscais, e crédito apropriado. Contudo os principais inconvenientes que estão sendo sentidos com o desmatamento sugerem agora que as florestas precisam ser consideradas como um recurso de valor dado aos indivíduos, às famílias, as empresas e aos governos. Este deslocamento do paradigma tem que ser traduzido em amplas políticas intersectoriais nas áreas de finança, educação, saúde, energia, e sistemas sustentáveis da utilização da terra.

Em resumo, as políticas dos setores público, sem fins lucrativos e privado têm que ser guiadas por uma mensagem simples: ‘as florestas valem mais em pé do que derrubadas’.

E algumas avaliações de florestas em pé na Amazônia produziram resultados muito positivos. De um lado são os resultados das políticas de interesse público que apontam para aumentar o valor de produtos florestais – tais como o mel e a madeira controlada – investimento de apoio do setor privado e empreendimento sócio-ambiental. No Amazonas, o preço pago aos produtores do óleo de andiroba, derivados da semente da árvore do Carapa guianensis, aumentou 3.6 vezes de 2003 (quando as políticas de desenvolvimento sustentável começaram a ser desenroladas) a 2008. Quanto mais rentáveis se tornam os produtos da silvicultura sustentável, menos atrativo é o desmatamento, e maior o estímulo econômico para conservar florestas.

Por outro lado, os serviços ambientais tais como o sequestro e o armazenamento do carbono têm grande potencial e também são uma parte fundamental da equação. Quanto mais valiosos são os serviços ambientais, mais recursos estarão disponíveis para o investimento em melhorar a qualidade de vida e geração de renda para as comunidades locais.

Pronto para o REDD: construindo o sucesso

O maior desafio não é como reduzir o desmatamento, mas como financiar a redução. A fronteira agro-cultural na Amazônia é empurrada longitudinalmente por uma economia de muitos bilhões de dólares por ano. Se a natureza da batalha é predominantemente econômica, o sucesso irreversível virá somente com finança sustentável – pública, privada e de programas sem fins lucrativos que visam parar o desmatamento para o carbono armazenado, a biodiversidade conservada, a fonte de água protegida e a pobreza erradicada. Financiar um paradigma de desenvolvimento na Amazônia é relativamente o ponto baixo no custo comparado aos serviços ambientais produzidos por seus ecossistemas da floresta em pé.

Água : todo ano, a floresta amazônica joga 8 trilhões de toneladas dela na atmosfera. Não há nenhum preço nela ainda, mas há um significado econômico claro para a produção agrícola, a geração de eletricidade e a indústria do Amazonas que gera mais de US\$1 trilhão ao ano. E agora, o REDD abriu a possibilidade de avaliação de serviços ambientais baseados no carbono na Amazônia. Os céticos dizem que pode haver problemas metodológicos com o REDD, mas o projeto inovador do Juma no Amazonas superou todas essas barreiras, incluindo o estabelecimento das linhas de base – benchmarks para calcular a redução de emissões. Sob a iniciativa de REDD, encabeçado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), as comunidades na reserva são recompensadas por essa proteção. Em 2008, o esquema foi validado de acordo com padrões da Climate, Community & Biodiversity Alliance (Aliança do Clima, Comunidade e Biodiversidade); dado pela certificadora internacional TUV SUD. Passou pelo teste da metodologia com facilidade.

O Juma é parte de uma iniciativa mais ampla, centrada sobre pagamentos para serviços ambientais: o Bolsa Floresta. Iniciado pelo Governo do Amazonas e pelo Bradesco – um dos grandes bancos privados do Brasil, isto é financiado a por vários investidores. A rede de hotéis Marriott Internacional, por exemplo, está financiando o Juma com as contribuições voluntárias dos hóspedes. O investimento total de US\$ 8,1 milhões por ano suporta 6 mil famílias comprometidas com o desmatamento zero em todos os projetos do Bolsa Floresta. As famílias recebem pagamentos em dinheiro diretamente através de um instrumento altamente eficiente: um cartão de crédito eletrônico acessível nos bancos e nas estações de Correios em qualquer cidade. As comunidades também recebem investimentos para atividades de geração de renda, programas sociais e apoio as associações locais. A erradicação da pobreza é uma componente chave da conservação ambiental. O Bolsa Floresta está agora pronto para ser elevado a um nível superior, e o IIED está avaliando uma grande

variedade de esquemas para seu potencial.

O mercado global do carbono alcançou US\$119 bilhões em 2008, mas muito pouco foi investido para proteger florestas úmidas tropicais. Enquanto isso, a comunidade internacional enfrenta um processo de grande importância estratégica: os novos acordos internacionais do clima que serão assinados em dezembro de 2009, em Copenhague. Se eles incluírem o carbono florestal como um instrumento do mercado e um mecanismo para o financiamento intergovernamental, então ajustará um precedente histórico.

A conservação de florestas e os alvos da redução da emissão de gases do efeito estufa devem encabeçar a lista de prioridades nos novos acordos do clima. A REDD pode transformar-se num catalisador significativo para conter o desflorestamento e erradicar a pobreza em muitas regiões do planeta. Como Nelson Mandela disse, 'aqueles que estão com fome têm pressa'. Nós precisamos urgentemente começar uma revolução nas florestas do mundo. O tempo é curto.

Etapas seguintes

- Os mecanismos de financiamento do REDD deveriam ser flexíveis, assim podem incorporar o financiamento intergovernamental (na escala nacional) e o financiamento baseado no mercado (em nível de projeto).
 - O REDD deve ser permitido no mercado de crédito do carbono com uma quota para evitar as variações do mercado. Mesmo uma quota pequena de 10 por cento geraria mais recursos do que qualquer outro mecanismo de financiamento internacional para a conservação da floresta tropical e a pobreza. O REDD poderia derrubar a balança financeira e administrativa em favor da gerência de floresta sustentável.
 - O REDD deve usar instrumentos como certificação e validação para assegurar que os povos indígenas e comunidades participem dos benefícios.
-



Virgilio Viana

Floresta em pé é vida, é sustento, e moradia

O Instituto Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED: International Institute for Environment and Development) é um instituto de pesquisa independente e sem fins lucrativos trabalhando na área de desenvolvimento sustentável. IIED fornece liderança e know how em como alcançar o desenvolvimento sustentável, seja no nível local, nacional, regional ou global. Esse guia foi produzido com o generoso apoio de Danida (Dinamarca), DFID (Reino Unido), DGIS (Países Baixos), Irish Aid, Norad (Noruega), SDC (Suíça) e Sida (Suécia).

CONTATO: Virgilio Viana
 Virgilio.viana@fas-amazonas.org
 Rua Álvaro Braga, 351
 Parque Dez de Novembro
 Manaus - AM | 69055-660
 Tel: (92) 3648-4393
 Website: www.fas-amazonas.org

Documentos & “websites” chaves

■ CEPAL. 2007. *Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas*. CEPAL, Santiago, Chile. ■ Eliasch, J. 2008. *Climate Change: Financing global forests*. The Eliasch Review. Earthscan, London. ■ IPCC. 2007. *Climate Change 2007: The Physical Science Basis*. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the IPCC. Cambridge University Press, Cambridge. ■ Stern, N. 2007. *Stern Review on the Economics of Climate Change*. HM Treasury, London. ■ Viana, V.M. et al. 2008. *Juma Sustainable Development Reserve: The first REDD project in the Brazilian Amazon*. FAS, Manaus, Brazil.